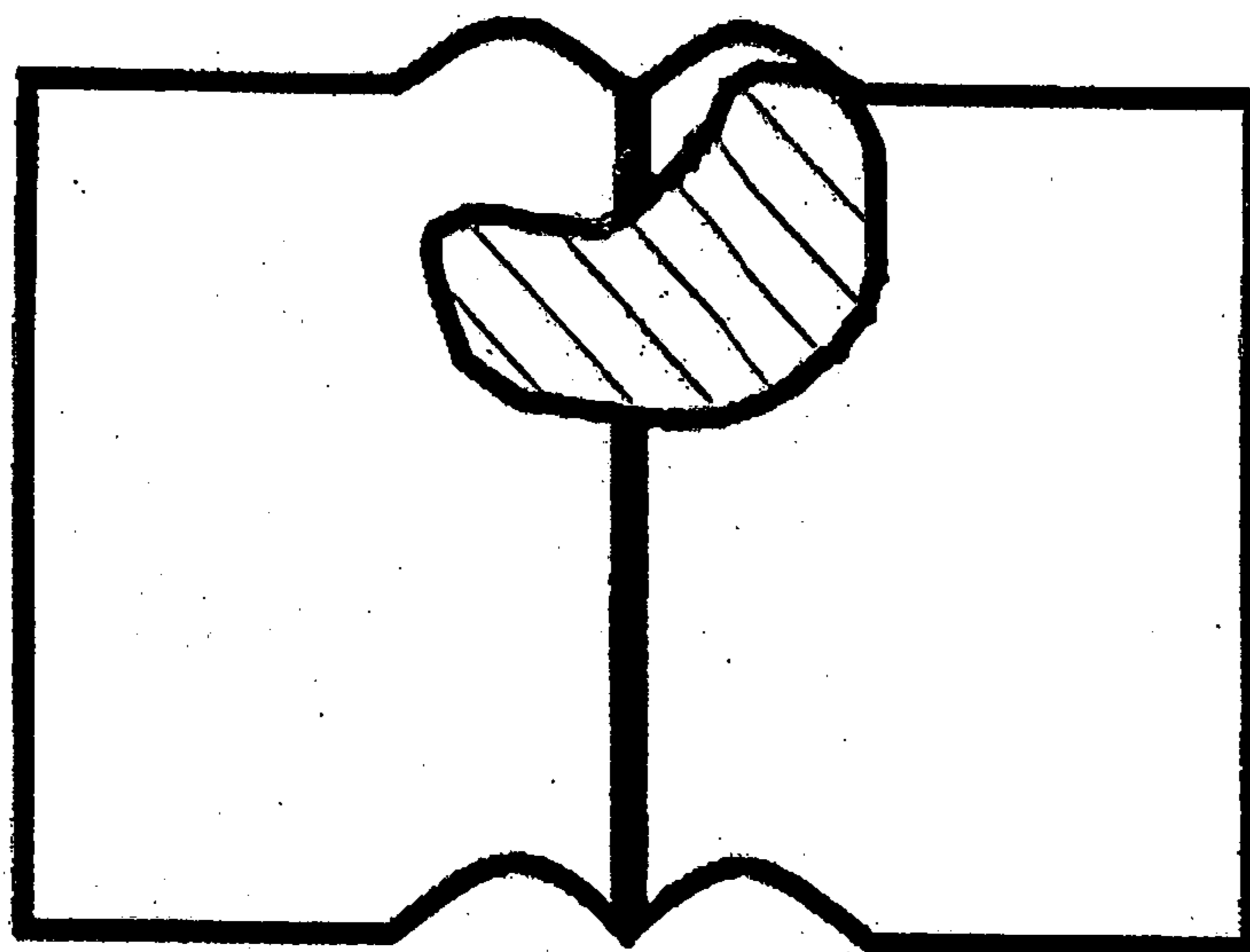




**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Situação dos documentos:



**Original ilegível.
Original difficult to read.
0077 (*)**

N. 4

19 57

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COMARCA DE LUZIÂNIA



TÉRMO DE LUZIÂNIA

ESTADO DE GOIÁS

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Joaquim Gilberto

ESCRIVÃO

TJDFT
Arquivo Central
Caixa 1065

Reg. sob o nº 1724.
Planaltina, 18 de 4 de 1960
PORTAL DO DOS AUDITORIOS

JUIZO de Direito

ESCRIVÃO do 1º Ofício

AUTOS de ação de reintegração de posse nº 1782

Getno Ferreira Alves e s/mulher - Autores.
Antonio Vieira de Alencar e outros - Réus.

Autuação

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e cinquenta e oito aos vinte e oito dias do mês de agosto, nesta Cidade de Luziânia, em meu cartório, autuo a petição e documentos

que adiante se vê. Para constar faço esta autuação.

O ESCRIVÃO,

TJDFT - Arquivo Central		
Térreo - Ala Leste		
Fileira	Estante	Prateleira
1	26	3
Caixa		
1065		

EXMO. SNR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE LUZIANIA

Nº 218

Protocolado à fl. <i>80</i>	do Liv. <i>80</i>
em <i>30</i> de <i>Junho</i>	de <i>1958</i>
<i>Procurador de Direito</i>	

De A, e com
Clusar

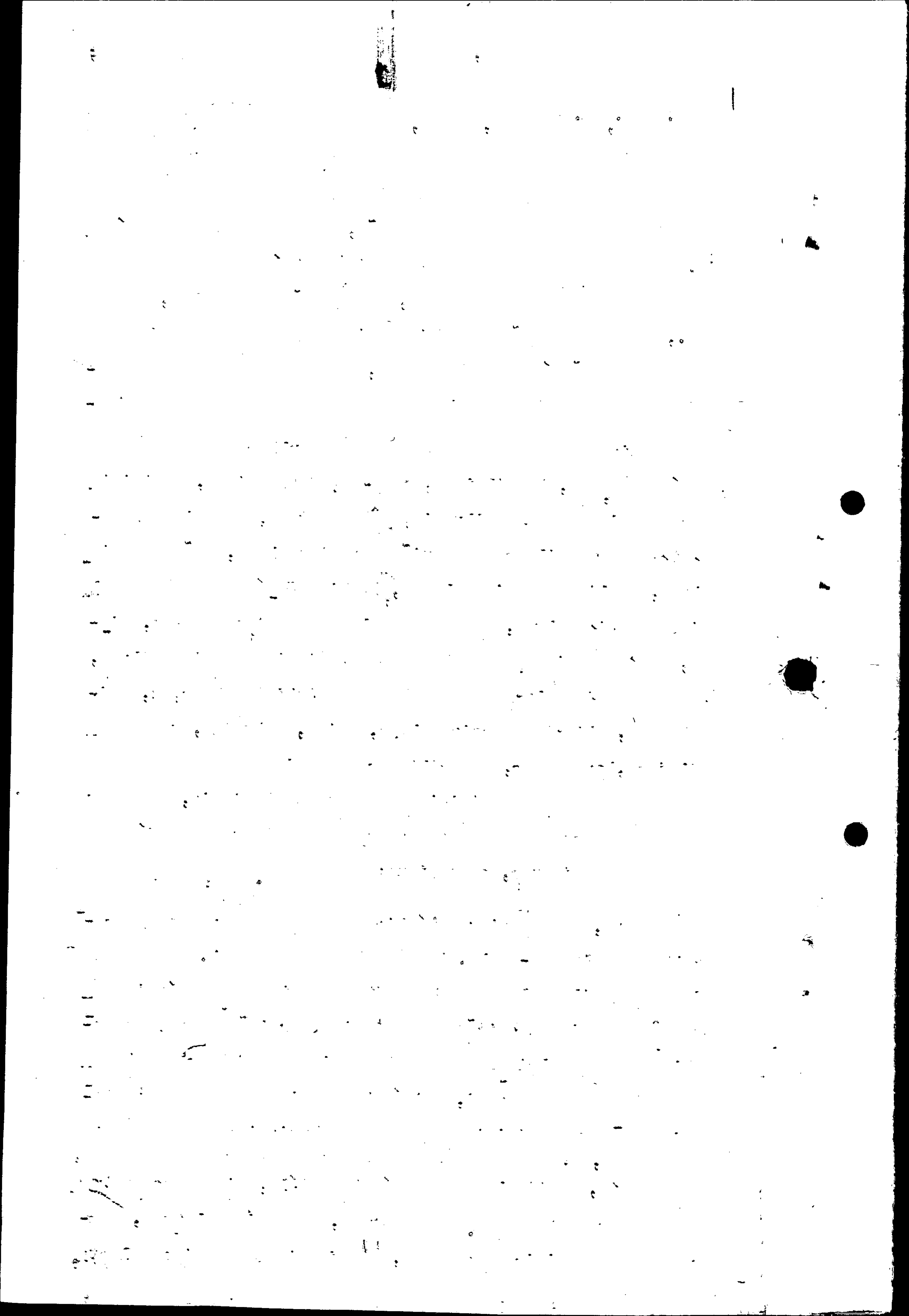
30/6/58

Ollenas

Dizem PEDRO FERREIRA ALVES e s/ mulher Dona ROMUALDA JOSÉ DE CASTRO, brasileiros, casados, fazendeiros, domicilia dos e residentes em Silvania, dêste Estado, por si e repre sentando seus filhos Sebastião Ferreira Alves, João Ferreira Alves, Adelino Ferreira Alves, Idalina José de Castro e Del fino Ferreira Alves, menores absolutamente incapazes e, ain da, Brair Moreira e s/ mulher Dona Olimpia Ferreira Alves, Jorge Ferreira Alves e s/ mulher Dona Julieta Alves, e, fi nalmente, Olimpio Ferreira Alves, maior, solteiro, todos bra sileiros, lavradores, domiciliados e residentes na Fazenda "TABOQUINHA" neste Municipio e Comarca de Luziania, por seu b, stante procurador e advogado que esta subscreve na fôrma dos mandatos juntos, o seguinte:

Que, por escritura pública de compra e venda trans crita no Livro 3-H fls. 3 a 4 sob nº de ordem 7.949 em data de 4 de abril de 1955 no Cartorio do Registro de Imóveis dêste termo e Circunscrição de Luziania (certidão anexa) os Su plicantes adquiriram para seus mencionados filhos COM RESER VA DE USOFRUTO para si, o imóvel denominado Fazenda "Tabo quinha" neste Municipio e Comarca de Luziania;

Que, os titulares do imóvel em téla, ainda que pelos seus antecessores sempre exerceram, em período longo, pos se mansa e pacifica do mesmo, sem jamais terem sido molestada



Fls 2

molestados em tal posse, plena e efetiva por todos os termos;

Que, no entanto, agora, em dezembro de 1957 (há sete meses passados) ANTONIO VIEIRA DE ALENCAR e outros invadiram a referida propriedade construindo ranchos para alojamento próprio e de trabalhadores e estão, desde aquela data até hoje, desfalcando as reservas naturais do imóvel, onde montaram indústria de britagem de pedra, fabricação de tijolos, telhas etc., numa diminuição ostensiva e indevida ao patrimônio do imóvel que não é deles invasores, tudo num acinte e desrespeito aos invioláveis e impostergáveis direitos dos Suplicantes;

Que, os invasores sequer são possuídos de um suposto direito sobre aquelas terras o que caracteriza por demais sua má fé ante a presença dos mesmos na "Fazenda Taboquinha" perturbando a posse dos Suplicantes, impedindo-os de usar e desfrutar o imóvel como lhes assegura o direito, evidenciando-se desta forma clara, patente e insofismável a figura do "esbulho possessório" tão repudiado e sem guarida nas nossas sadias leis de proteção à propriedade;

Pelo exposto,

vêm os Suplicantes, com fundamento nos Arts. 488, 503, 506 e 507 do Código Civil e Arts. 371 e seguintes do Código de Processo Civil, propor contra o referido ANTONIO VIEIRA DE ALENCAR e outros residentes no local acima citado (Pedreira da Fazenda Taboquinha, em Brasília) a presente ação de reintegração de posse, devendo o réu, nos melhores de direito, ser condenado a abrir mão do terreno invadido e esbulhado, restituindo-o aos Requerentes com os respectivos rendimentos, caso hajam, e, condenados, ainda, a indenizar perdas e danos, inclusive custas e honorários advocatícios do Autor na base de 20% (vinte p/ cento).

Requer mais,

os Suplicantes, que, uma vez justificados os fatos alegados,

FN4

em audiência que for designada por V.Excia. sejam liminarmente reintegrados na posse, sem ser ouvido o Reu, de conformidade com o que dispõe o Artº 506 do Código Civil e Artº 371 do Código de Processo Civil, requerendo, ainda, em seguida, seja o Reu citado para, no prazo de dez dias, contestar a ação, na qual deverá ser confirmada a restituição provisória, que se tornará definitiva, cominada a pena de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) no caso de se repetir o esbulho ou a turbacão da posse.

Nestes termos, protestando provar o alegado com o depoimento pessoal do Reu, testemunhas, documentos, perícias, indícios e presunções, e, pedindo-se a intervenção do Representante do Ministério Público no feito por haver interesse de menores, R. D. e A. esta, com os documentos que a instruem e dando o valor a causa, para os efeitos fiscais de Cr\$ Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) pede e espera

Deferimento.

Luziania 30 de junho de 1958

Hamilton Pereira



Recebido hoje.
Distrib. n. 16/58. Ao 1º Oficial
Anot.º os fls. 8. L.º
Luziania, 7/7/58.
O distrib., B. Braga

Recebido



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA

Fls 15 Via

RECEITA

Talão nº 1.680 Conhecimento nº Cr\$ 400,00

O Sr. D^o Hamilton Pereira

residente em RECOLHEU aos cofres mu-
nicipais a importância de quatrocentos cruzeiros

referente ao pagamento de impostos e taxas abaixo mencionados:

0.11.1 - Imposto Territorial Urbano	Cr\$
0.12.1 - Imposto Predial	" 400,00
0.17.3 - Imposto s/ Indústria e Profissões	"
0.18.3 - Imposto de Licença:	
a) - Licenças Diversas	Cr\$
b) - Engenhos em geral	"
c) - Veículos em geral	"
d) - Criação e manutenção de cães dentro do perímetro urbano	"
0.25.2 - Imposto s/ exploração agrícola e industrial:	
a) - Pastoreio	Cr\$
0.27.3 - Imposto s/ jogos e diversões	"
0.29.7 - Imposto adicional	"
T A X A S:	
1.11.1 - Taxa Rodoviária	Cr\$
1.18.1 - Taxa de Extinção de Formigas	"
1.22.4 - Taxa de Emolumentos Municipais	"
1.23.4 - Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos:	
a) Aferição de Pesos e Medidas	Cr\$
b) Marca de Animais	"
c) Iluminação	"
1.24.1 - a) Taxa Sanitária	"
b) Coleta de Lixo	"
2.01.0 - Aforamentos de Terrenos	"
2.02.0 - Renda de capitais	"
3.03.0 - Taxa de Eletricidade	"
4.11.0 - Renda do Matadouro	"
4.12.0 - Renda do Cemitério	"
4.13.0 - Receita de combustíveis e lubrificantes	"
4.14.0 - Quota Prevista no art. 51 § 4º. da Constituição Federal	"
4.15.0 - Quota prevista no art. 78 da Constituição Estadual	"
6.11.0 - Alienação de Bens Patrimoniais	"
6.12.0 - Cobrança da Dívida Ativa	"
6.14.0 - Receita de Indenizações e Restituições	"
6.21.8 - Multas	"
6.23.0 - Eventuais	"

TOTAL Cr\$ 400,00

REFERENCIA: Como advogado e procurador de Pedro Ferruzza Alves e outros na ação de reintegração de posse contra Antonio Viçosa de Almeida
Coletoria Municipal de Luziânia, aos 30 de Junho de 1958 outro.

Boqueirão
COLETOR TESOUREIRO

748

- P R O C U R A Ç Ã O -

Pelo presente instrumento particular de procuração bastante que fazem BRAIR MOREIRA e sua mulher Dona OLIMPIA FERREIRA ALVES, JORGE FERREIRA ALVES e sua mulher Dona JULIETA ALVES e finalmente OLIMPIO FERREIRA ALVES, maior, solteiro, todos brasileiros, proprietários, domiciliados e residentes na Fazenda Taboquinha, neste município e comarca de Luziania, Estado de Goiaz, nomeiam e constituem seu bastante procurador a Dr. HAMILTON PEREIRA, brasileiro, casado, advogado com escritório e residencia na cidade de Luziania, deste mesmo Estado, a quem comferem amplos e ilimitados poderes com a clausula "ad-judicia", para o Fôro em Geral, principalmente para propôr contra Antonio Vieira de Alencar e outros, uma ação possessória, podendo requerer tudo quanto fôr necessario a bem dos interesses dos mandantes, assinar petição inicial, articular, minutar, agravar, embargar, apelas, transigir, desistir, firmar acôrdos e compromissos, podendo tambem receber e dar quitação e finalmente subtabelcer esta em quem conviér.

Brasilia, 17 de março de 1957

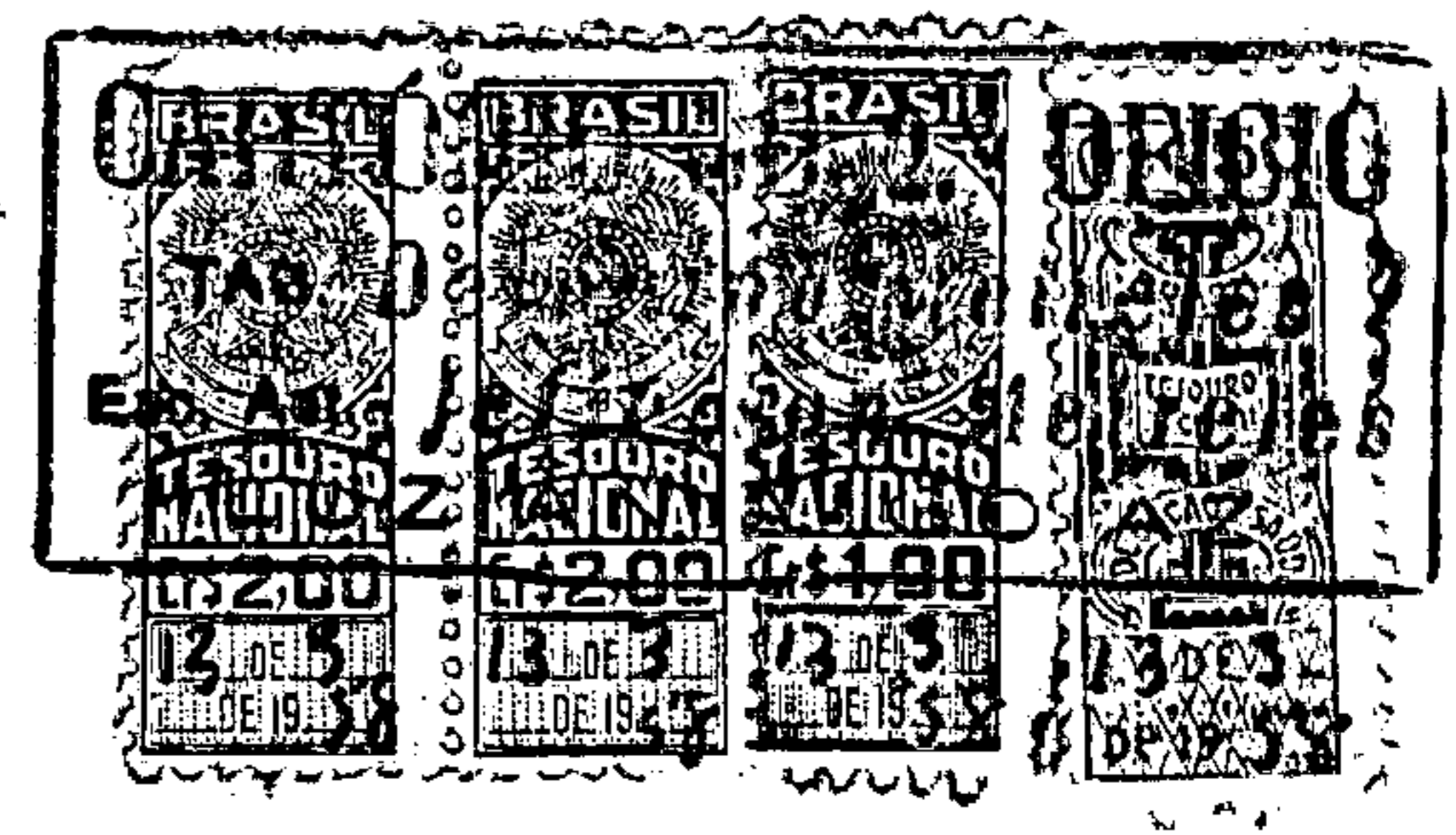
1	Brair Moreira			
2	Olimpia Ferreira Alves			
3	Jorge Ferreira Alves			
4	Julieta Alves			
5	Olimpio Ferreira Alves			

Reconheço as firmas nos 1, 2, 3, 4 e 5

Luziania, 13 de março de 1958

Em Test.º da verdade

 ESCRIVÃO DO 2.º TABELIÃO



748

- PROCURAÇÃO -

Pelo presente instrumento particular de procuração bastante que faz PEDRO FERREIRA ALVES, brasileiro, casado, fazendeiro, domiciliado e residente em Sylvania, dêste Estado de Goiás, por si e representando seus filhos SEBASTIÃO FERREIRA ALVES, ADELINO FERREIRA ALVES, IDALINA JOSE DE CASTRO e DELFINO FERREIRA ALVES, menores absolutamente incapazes, nomeiam e constituem seu bastante procurador a DR. HAMILTON PEREIRA brasileiro, casado, advogado com escritorio e residencia na cidade de Luziania, deste mesmo Estado, a quem conferem amplos e ilimitados poderes com a clausula "ad-judicia" para o fôro em geral, para propôr contra Antonio Vieira de Alencar e outros, uma ação possessória, podendo para isso, requerer tudo quanto fôr necessario a bem dos mandantes, assinar petição inicial, articular, minutar, alegar, agravar, embargar, apelar, transigir, desistir, fôrmar acôrdos e compromissos, podendo tambem receber e dar quitação e finalmente substabelece na pessoa do mesmo procurador os poderes uteis e necessarios para o mesmo fim, que lhes foram outorgados por sua mulher Dona ROMUALDA JOSE DE CASTRO, constante da procuração lavrada no Livro 9 fls 278 do cartorio 1.º officio de Luziania

Brasilia,

Pedro Ferreira Alves 1957
Alves

Reconheço as firmas Pedro Ferreira Alves

Luziania, 13 de março de 1958

Em Test.º da verdade

[Handwritten Signature]
 ESCRITÃO DO 2.º TABELIÃO

CARTÓRIO Nº 2 OFICIO
 TAB. 1º
 Esc. Aut. Meireles
 LUZIANIA Meireles
DIAS

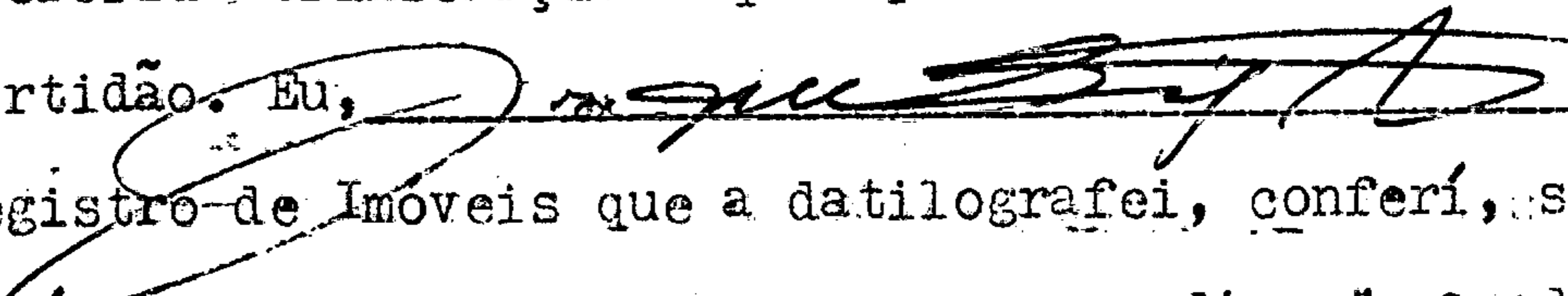
749

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Tabalião Vitaliote
Joaquim Gilberto
LUZIÂNIA - Est. de Goiás

JOAQUIM GILBERTO, Oficial do Re-
gistro de Imóveis, deste termo e Cir-
cunscrição de Luziânia, Estado de Goiás
na forma da lei, etc.,

C E R T I D A O

Certifica que encontra-se transcrita em seu Cartório no Livro 3-H. fls. 3 a 4 sob o nº de ordem 7.949 em data de 4 de Abril de 1955 a escritura de compra e venda do imóvel "FAZENDA TABOQUINHA e RASGADO", sendo conhecida apenas com o nome de TABOQUINHA", deste termo e circunscrição, na qual figuram como adquirentes: Brair Moreira, brasileiro, casado, motorista, residente na Estação de Salitre, município de Patrocínio, Minas Gerais, Jorge Ferreira Alves e Eurico Ferreira Alves, brasileiros solteiros, maiores, lavradores, domiciliados e residentes na cidade de Patrocínio, Minas Gerais Olimpio Ferreira Alves, brasileiro, maior, agricultor, residente em Sylvania, deste Estado, Baltazar Ferreira Alves, brasileiro, solteiro, menor púbere residente neste município, Maria José de Castro, solteira, menor púbere, ba,digo, púbere, brasileiras, residentes neste município, assistidos por seu pai Pedro Ferreira Alves, João Sebastião Alves, menor impúbere, Sebastião João Alves, menor impubere, Adelino Ferreira Alves, menor impúbere e Adelfim Ferreira Alves, menor impúbere, representados por seu pai Pedro Ferreira Alves e ainda Idalina José de Castro menor púbere residente neste município assistida por seu pai o dito Pedro Ferreira Alves; e como transmitentes:- Delfino Machado de Araujo e sua mulher Dona Isaura Carneiro de Mendonça, brasileiros, casados, proprietários, domiciliados e residentes em Goiânia, Capital deste Estado, lavrada em 3 de Agosto de 1954 pelo Escrevente Autorizado do 2º Ofício , pelo preço de quatrocentos mil cruzeiros (CR\$---

(CR\$400.000,00), o contrato institui a cláusula de uso e gozo do imóvel em favor de Pedro Ferreira Alves e sua mulher Ramualda José de Castro em quatro, digo, enquanto viverem não podendo nenhum de seus filhos alienar a sua cota parte sem o consentimento expresso destes. Averbação. Vide a inscrição nº 51 Fls 47/48 do Lº4 pela qual este imóvel foi gravado com a cláusula de uso e gozo em favor de Pedro Ferreira Alves e sua mulher Ramualda José de Castro enquanto viverem assim como pela de inalienabilidade sem consentimento expresso dos usufrutuários. Luziânia, 4 de Abril de 1955(a) Joaquim Gilberto. Oficial. - Era o que se continha na referida transcrição a qual passou bem e fielmente a presente certidão. Eu, , Oficial do Registro de Imóveis que a datilografei, conferi, subscrevi, dou fé e assino. Ressalvo as razuras que diz: "gravado" e "viverem".

LUZIÂNIA, 26 de Junho de 1958


Oficial do Registro de Imóveis.



Conclusões

Em 28.8.58 as fotos em branco
por m. m. de José de Sá
O Envid, ~~de José de Sá~~

Reitero e certifico
sobre o término do ser-
viço eleitoral.

Em 28/8/58
Alencar

DATA

Aos 29 dias do mez de Agosto
de 1958 foram-me entregues estes autos.

O Escrivão, José de Sá

Conclusões

Em 2.10.58 as fotos em
branco por m. m. de José de Sá
O Envid, ~~de José de Sá~~

Declaro que S. E. não
é prova para a jus-
tificação requerida,
reduzindo-se os por-
tos interessadas e in-
tervenientes os teste-
múhos que forem arrol-
ados.

Em 21.10.58
Alencar

741A

Exmo. Sr. Juiz Distrital de Juizânia
nos autos como requer
Em 12-6-59
José de Araújo Leite

Pedro Ferreira Alves e sua mulher
via de seu advogado almeida assinado nos
autos de ação de reintegração de posse
proposta contra Antônio de Alencar, filho,
contra Antônio Vieira de Alencar e outros
em curso por este Juiz e Cart. do 1º
Ofício tendo entrado em composição ami-
gável com os réus, requerem a V. Excia.
desistência da ação, requerendo mais a
V. Excia. que se diga de homologar
por sentença, referida desistência.

P. deferente

Juizânia



Junho de 1959
Pereira

Protocolado em 12 de Junho de 1959
do Liv. 12113

Pedro Ferreira Alves e sua
Almeida - Antônio Vieira de Alencar e outros

Fk 18

mensagem

Em sete de Abril de 1960,
nos termos da portaria nº 2 de 6.4.60 do M. H. Dr.
Juiz desta Comarca e por força da lei nº 2.862 de
13.11.59, remeto estes autos ao M. H. Dr. Juiz de
Direito da Comarca de Planaltina.

O Escrivão,

